



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 8ª REGIÃO MILITAR
(Gov. das Armas da Prov. do PA/1821)
(REGIÃO FORTE DO PRESÉPIO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2024
(Processo Administrativo nº 64319.016280/2024-52)**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 04/2025

O Comando da 8ª Região Militar, com sede na Rua João Diogo, 458, na cidade de Belém - PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 23.396.663/0001-72, neste ato representado pelo **TC FABIO DE MOURA SOUSA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90020/2024, processo administrativo nº **64319.016280/2024-52**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

Registro de Preços para **Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades local, longa distância nacional, tráfego fixo-fixo e fixo-móvel**, para atender às necessidades das Organizações Militares do Comando Militar do Norte, mediante formação de ata de registro de preços através do Sistema de Registro de Preços - SRP, conforme especificações técnicas que constam no Caderno de Especificações Técnicas.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Empresa: OPERADORA JRC TELECOMUNICACOES LTDA / **Endereço: Rua Irai, 280 – Cnj 807 - Indianópolis CEP: 04.082-000 Cidade/UF: São Paulo - SP | Tel./Fax: (11) 4800-4100 / E-MAIL: licitacoes@jrcgrupo.com.br**

OPERADORA JRC TELECOMUNICACOES LTDA – CNPJ: 29.597.360/0001-02

Grupo	Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Qtd	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total anual (12 meses)
1	1	Instalação/habilitação Entroncamento Digital SIP - Serão necessárias 02 (duas) - Será quitado em uma única vez - Quantidade 02 (duas) - Valor único R\$ 301,12	Unidade	2	R\$ 150,56	R\$ 150,56	-	R\$ 301,12
	2	Assinatura Básica Mensal de Entroncamento Digital (SIP) mínimo 30 canais - Serviço com chamadas para fixo e móvel, para local e longa distância nacional (LDN) ilimitadas- - Valor Mensal	Meses	12	R\$ 550,00	R\$ 550,00	R\$ 550,00	R\$ 6.600,00
	3	Assinatura Básica Mensal de Entroncamento Digital (SIP) mínimo 30	Meses	12	R\$ 550,00	R\$ 550,00	R\$ 550,00	R\$ 6.600,00

		canais - Serviço com chamadas para fixo e móvel, para local e longa distância nacional (LDN) ilimitadas Valor Mensal						
	4	Assinatura mensal por Discagem Direta Ramal - DDR com DDD 91- para atender a quantidade de 800 ramais - Valor Mensal	Meses	12	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 8,00	R\$ 96,00
	5	Assinatura mensal por Discagem Direta Ramal - DDR com DDD 93- para atender a quantidade de 130 ramais - Valor Mensal	Meses	12	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 1,30	R\$ 15,60
	6	Assinatura mensal por Discagem Direta Ramal - DDR com DDD 94-para atender a quantidade de 300 ramais - Valor Mensal	Meses	12	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 3,00	R\$ 36,00
	7	Assinatura mensal por Discagem Direta Ramal - DDR com	Meses	12	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 1,35	R\$ 16,20

		DDD 96- para atender a quantidade de 135 ramais - Valor Mensal						
	8	Assinatura mensal por Discagem Direta Ramal - DDR com DDD 98- para atender a quantidade de 35 ramais - Valor Mensal	Meses	12	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,35	R\$ 4,20
	9	Assinatura mensal por Discagem Direta Ramal - DDR com DDD 99- para atender a quantidade de 100 ramais - Valor Mensal	Meses	12	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 1,00	R\$ 12,00
	10	Chamadas locais fixo-fixo stfc-local-ff - para atender a quantidade de 45.000 minutos - Valor Mensal	Minutos	45.000	R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
	11	Chamadas nacionais fixo-fixo stfcldn-ff degrau 1 /- para atender a quantidade de 20.000 minutos - Valor Mensal	Minutos	20.000	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
	12	Chamadas nacionais fixo-fixo stfcldn-ff degrau 2 /-	Minutos	20.000	R\$ 0,035	R\$ 0,035	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00

		para atender a quantidade de 20.000 minutos - Valor Mensal						
	13	Chamadas nacionais fixo- fixo stfcln-ff degrau 3 /- para atender a quantidade de 20.000 minutos - Valor Mensal	Minutos	20.000	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00
	14	Chamadas nacionais fixo- fixo stfcln-ff degrau 4 /- para atender a quantidade de 20.000 minutos - Valor Mensal	Minutos	20.000	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00
	15	Chamadas locais fixomovel stfcln-ff (vc1) /-para atender a quantidade de 11.000 minutos - Valor Mensal	Minutos	11.000	R\$ 0,10	R\$ 0,10	R\$ 1.100,00	R\$ 13.200,00
	16	Chamadas nacionais fixomovel - stfcln-ff (vc2) /-para atender a quantidade de 3750 minutos - Valor Mensal	Minutos	3750	R\$ 0,09	R\$ 0,09	R\$ 337,50	R\$ 4.050,00
	17	Chamadas nacionais fixomovel - stfcln-ff	Minutos	3750	R\$ 0,09	R\$ 0,09	R\$ 337,50	R\$ 4.050,00

		(vc3) /-para atender a quantidade de 3750 minutos - Valor Mensa						
***Instalação/habilitação Entroncamento Digital SIP - Serão necessárias 02 (duas) - Será quitado em uma única vez - Quantidade 02 (duas) - Valor único R\$ 301,12							-	-
TOTAL GLOBAL DO GRUPO 1 (12 MESES)							R\$ 85.381,12	

2.2. Não há cadastro de reserva referente ao presente registro de preços.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o Cmdo 8ª RM.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO.

4.1 Não haverá autorização para adesão em face da especificidade do objeto.

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.7. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.8.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.8.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.3., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Não haverá remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela

manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.3.1. Por razão de interesse público;

9.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma) via assinada digitalmente.

FABIO DE MOURA SOUSA - Ten Cel

Ordenador de Despesas Substituto do Comando da 8 Região Militar

Representante legal da Empresa

OPERADORA JRC TELECOMUNICACOES LTDA – CNPJ: 29.597.360/0001-02